

**COMISSÃO ESPECIAL SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS,  
FINANCEIROS E CREDITÍCIOS**

**REQUERIMENTO N° DE 2019**

**(do Sr. ALEXIS FONTEYNE)**

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão Especial para discutir o montante dos gastos tributários e os benefícios financeiros e creditícios concedidos no período de 2003 a 2018.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário dessa Comissão Especial, a realização de Audiência Pública para discutir o montante dos gastos tributários e os benefícios financeiros e creditícios concedidos no período de 2003 a 2017.

Para a audiência sugerimos convidar:

Ana Paula Vescovi, Economista, ex Secretária-Executiva do Ministério da Fazenda;

Marcelo Pacheco dos Guarany, Secretário-Executivo do Ministério da Economia;

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 2018 os subsídios concedidos pelo governo federal custaram R\$ 314,2 bilhões aos cofres públicos. Deste valor R\$ 292,8 bilhões correspondem a benefícios tributários, R\$ 21,4 bilhões correspondem a benefícios financeiros e creditícios.

Nos últimos anos a evolução dos subsídios em relação ao PIB apresentou trajetória crescente mais do que duplicando de 3% em 2003 para 6,7% em 2015. A partir de então, houve um recuo chegando a 5,4% do PIB em 2017. Certamente por conta da crise econômica que se aprofundou.

Tanto os benefícios financeiros quanto os creditícios apresentaram redução, com destaque para aqueles que tiveram ajustes já observados na política pública que os concederam, como os relacionados aos empréstimos da União ao BNDES, ao programa de Sustentação do investimento e ao Fies.

Neste momento em que se discute até a flexibilização para a Regra de Ouro do art. 167 da Constituição Federal, devemos estar muito mais atentos às contas públicas. A avaliação do impacto desse montante aplicado em gasto tributário, benefícios financeiros e creditícios devem ser revistos para mensurar quais os efeitos diretos em empregos, geração de riqueza e renda.

Noutra ponta, talvez seja a hora de começarmos a repensar a forma de aplicar esses recursos, uma vez que inviabilizam uma *accountability* precisa.

Assim público e notório que o Brasil encontra-se em crise econômica e consequentemente fiscal, dessa forma é de suma importância a discussão desse tema para avaliar estes incentivos.

Sala das Sessões, em de junho de 2019.

**Deputado ALEXIS FONTEYNE**  
**NOVO/SP**